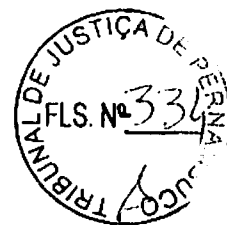




105



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0191692-1

APELANTE: Jefferson José Gonzaga

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Luiz Diogo Filho

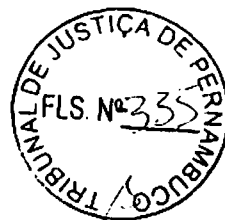
5711

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. TRÊS ROUBOS QUALIFICADOS. CONCURSO DE PESSOAS E USO DE ARMA DE FOGO EM CONCURSO MATERIAL. PLEITO PELO RECONHECIMENTO DA CONTINUIDADE DELITIVA. CRIMES DA MESMA NATUREZA. MESMAS CONDIÇÕES DE TEMPO, LUGAR E MODO DE EXECUÇÃO. CRIMES PRATICADOS DOLOSAMENTE MEDIANTE GRAVE AMEAÇA CONTRA VÍTIMAS DIFERENTES. CONTINUIDADE DELITIVA ESPECÍFICA. PLEITO PELA FIXAÇÃO DA PENA NO PATAMAR MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. PENA FIXADA POUCO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. CIRCUNSTÂNCIAS ATENUNANTES E AGRAVANTES. DIMINUIÇÃO DA PENA PELO RECONHECIMENTO DO CRIME CONTINUADO. MODIFICAÇÃO DE OFÍCIO DA PENA DO CORRÉU. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME

I- As ações criminosas, praticadas contra o patrimônio, ocorreram em lugares próximos, na cidade de Olinda, com uma diferença de poucas horas, com o mesmo *modus operandi*, havendo uma sequência entre os crimes, sendo a segunda ação um desdobramento da



106



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

que lhe precedeu. Ademais, as ações criminosas ocorreram em continuidade delitiva específica, conforme disposto no art. 71, parágrafo único, do CPB, uma vez que foram cometidos com grave ameaça, com dolo e atingiram pessoas diversas;

III- Considerando que houve circunstâncias judiciais foram desfavoráveis ao apelante, restou devidamente justificada sua pena pouco acima do mínimo legal, devendo permanecer inalterada;

IV- Ante o reconhecimento da continuidade delitiva, o total da pena do apelante foi reduzido para 15 (quinze) anos e 60 (sessenta) dias-multa;

V- Estendendo os efeitos da presente decisão ao corréu Carlos Francisco Lopes, sua pena foi reduzida, de ofício, para 10 (dez) anos de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa;

VI- Recurso parcialmente provido. Decisão Unânime.

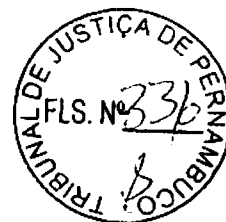
VII- Determinou-se a expedição de Mandado de Prisão em desfavor dos réus, bem como Carta de Guia Definitiva, após o trânsito em julgado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Apelação Criminal* nº 0191692-1 da Comarca de Olinda/PE, em que figura, como apelante Jefferson José Gonzaga, e como apelado, o Ministério Público do Estado de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão do dia ___/___/___, por decisão unânime, em dar provimento parcial ao presente apelo, para o fim de reduzir a pena do apelante para 15 (quinze) anos de reclusão, além do pagamento de 60 (sessenta) dias-multa, pela prática de três delitos de roubo em continuidade delitiva, bem como reduzir, de ofício, a pena do réu Carlos Francisco Lopes Júnior, para o patamar de 10 (dez) anos de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa, tudo

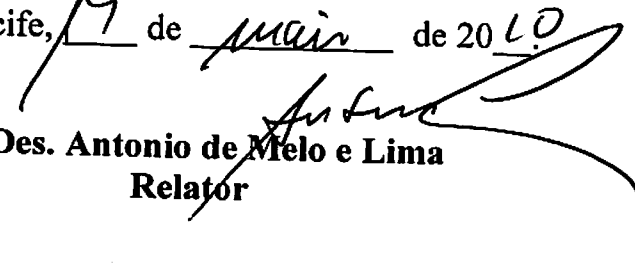


107



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

conforme consta do relatório e do voto digitados em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 19 de maio de 2010

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



108



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0191692-1

APELANTE: Jefferson José Gonzaga

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Luiz Diogo Filho

RELATÓRIO

O Ministério Público de Pernambuco denunciou Carlos Francisco Lopes Júnior e Jefferson José Gonzaga, qualificados nos autos, como incurso nas penas do art. 157, §2º, incisos I e II, e art. 329 do CPB, além do art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 10.826/03, todos em concurso material.

Segundo a exordial acusatória, no dia 29.09.06, em locais diferentes da cidade de Olinda/PE, os acusados, em comunhão de desígnios com uma terceira pessoa (falecida) e grave ameaça, consistente no uso de arma de fogo, subtraíram diversos objetos pessoais pertencentes às pessoas de Antônio da Silva, Bruno de Castro e Romário de Araújo. Extraí-se ainda da denúncia que, após resistirem à ação policial, mediante troca de tiros, os acusados foram autuados em flagrante delito.

Os réus foram interrogados às fls.88/90 e 150/151, as vítimas e as testemunhas arroladas pelas partes foram ouvidas, às fls. 182, 189/190, 234/236 e 263/264.

Após a regular instrução, o Ministério Público ofertou suas Alegações Finais, às fls. 271/272, e a defesa, às fls. 273/274 e 275/278.

Às fls. 280/284, consta Sentença condenando os acusados, Carlos Francisco e Jefferson José, respectivamente, às penas privativas de liberdade de 18 (dezoito) anos de reclusão e 90 (noventa) dias-multa, e 22



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

(vinte e dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 90 (noventa) dias-multa, pela prática de três delitos de roubo qualificado pelo concurso de agentes e uso de arma de fogo, em concurso material. Na oportunidade, foi negado aos réus o direito de recorrerem em liberdade.

Inconformada com a referida decisão, a defesa de Jefferson José Gonzaga interpôs, tempestivamente, o presente recurso, pleiteando, nas razões de fls.297/299, a redução da pena do acusado para o patamar mínimo, bem como o reconhecimento da prática dos crimes em continuidade delitiva.

Em suas contrarrazões, de fls.303/306, o Órgão Ministerial pugna pela manutenção da sentença ora guerreada em sua integralidade.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Estadual, através do Procurador de Justiça, Dr. Luiz Diogo Filho, às fls.321/323, opinou pelo **improvemento** do apelo.

É o relatório.

Ao Revisor.

Recife, 26 de março de 2009


Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



110



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0191692-1

APELANTE: Jefferson José Gonzaga

APELADO: Ministério Público de Pernambuco

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Mauro Alencar de Barros

ÓRGÃO JULGADOR: 2ª Câmara Criminal

PROCURADOR DE JUSTIÇA: Dr. Luiz Diogo Filho

VOTO DO RELATOR

Srs. Desembargadores,

Como visto, trata-se de recurso de apelação interposto pela defesa de Jefferson José Gonzaga contra sentença proferida pelo Exmo. Sr. Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda/PE, que o condenou à pena privativa de liberdade de 22 (vinte e dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão, a ser cumprida em regime fechado, além do pagamento de 90 (noventa) dias-multa, pela prática de três crimes de roubo duplamente qualificado, em concurso material.

Nas razões de fls. 297/299, a defesa sustenta, em apertada síntese, que os crimes praticados pelo acusado são da mesma espécie, ocorreram no mesmo dia e com a mesma forma de execução, razão pela qual pugna pelo reconhecimento da continuidade delitiva, em detrimento do concurso material. Em seguida, a defesa pleiteia a redução da pena do acusado, para o mínimo legal, sob a alegação de que este possui bom comportamento, teve menor participação no evento delitivo, os objetos subtraídos foram restituídos e milita em seu favor a atenuante da confissão.

Já o Ministério Público, em suas contrarrazões, pugna pela manutenção da sentença, sustentando que não houve unidade de desígnios por parte do apelante, não havendo continuidade entre as condutas praticadas.



111



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

No mesmo sentido, pronunciou-se a nobre Procuradoria de Justiça.

Verificando cuidadosamente os autos e comparando as razões apresentadas pelo apelante com a decisão ora impugnada, chego à conclusão de que o presente recurso **merece ser provido em parte**. Vejamos:

Consta nos autos, às fls. fls. 11 e 189, que, no dia 29.09.06, por volta das **19:40h**, no bairro de Peixinhos, os acusados, em comunhão de desígnios com uma terceira pessoa, com armas em punho, abordaram a vítima Antônio da Silva e subtraíram o seu veículo, Corsa, placa BXM 7762, sua carteira, seu aparelho celular e a quantia R\$ 55,00 (cinquenta e cinco) reais.

Em seguida, por volta das **20:30h**, quando trafegavam pela Av. José Augusto Moreira, Casa Caiada, os acusados abordaram a pessoa de Bruno de Castro, oportunidade em que, também sob fortes ameaças, subtraíram seu celular, as chaves do seu carro e um casaco. (fl. 12)

Ato contínuo, os réus se dirigiram ao bairro de Jardim Atlântico, onde assaltaram a terceira vítima, Romário de Araújo, subtraindo dois aparelhos celulares, uma carteira, dinheiro e alguns CD's, conforme se observa das fls. 13 e 182.

Após serem comunicados acerca da ação delitiva, os policiais militares, Isaías Cândido da Paixão, Aurélio da Rocha Calado e Severino Vicente da Silva, saíram em perseguição dos acusados. Quando estes foram localizados, **após às 21:00h**, iniciou-se uma troca de tiros, ocasião em que o terceiro comparsa dos denunciados foi ferido, vindo a falecer posteriormente, e os denunciados foram autuados em flagrante delito, obviamente, na posse da *res furtiva*.

Na fase inquisitiva, à fl. 15, o apelante Jefferson José Gonzaga confessou a prática delitiva, com riqueza de detalhes, em total consonância com as declarações das vítimas, bem como com os depoimentos



112



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

dos policiais. No entanto, em juízo, às fls. 150/151, na contramão das provas produzidas, negou a autoria dos crimes, alegando que estava na companhia do corréu e do seu colega falecido, com intuito de irem a uma festa, desconhecendo suas intenções de praticarem os assaltos, e que só os acompanhou porque foi obrigado.

Pois bem.

A materialidade dos crimes restou sobejamente comprovada através do Auto de Apresentação e Apreensão, de fl. 32/33, Auto de Avaliação, de fls. 35/36, Auto de Entrega de fls. 37/39 e Laudo de Perícia Balística, às fls. 138/144. De igual modo, a autoria é incontroversa, tanto que sequer é objeto de irresignação por parte do recorrente, o qual se insurge, como visto, tão-somente, contra o concurso material de crimes e o *quantum* da pena fixado.

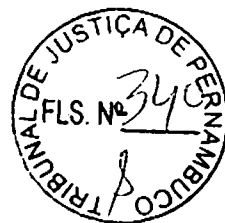
Inicialmente, analisando a sequência das condutas praticadas pelo acusado, verifico que assiste razão à defesa ao pleitear o reconhecimento da continuidade delitiva.

Ora, reza o art. 71 do CPB que “quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços”.

Vê-se, pois, que para configurar o crime continuado, na linha adotada pelo Direito Penal Brasileiro, é imperioso que o agente: pratique mais de uma ação ou omissão; que as referidas ações ou omissões sejam previstas como crime; que os crimes sejam da mesma espécie e que suas feições indiquem que as ações ou omissões subsequentes efetivamente constituem o prosseguimento da primeira, como tempo, lugar e modo de execução.



113



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

Com base neste dispositivo, conclui-se, portanto, que o Código Penal Brasileiro adotou a teoria objetiva, para o reconhecimento do crime continuado.

Além desta, a doutrina ainda nos fala acerca da teoria subjetiva, que destaca somente o elemento subjetivo, ou seja, a unidade de desígnios, como caracterizador da continuidade delitiva; e também a teoria objetivo-subjetiva, em que se observa, além dos requisitos objetivos, a unidade de desígnios, a programação inicial com realização sucessiva, como nos ensina Cezar Roberto Bitencourt¹.

O Supremo Tribunal Federal, em alguns casos, decidiu que a homogeneidade objetiva entre as ações criminosas seria suficiente para a configuração da continuidade delitiva, não sendo necessária a unidade de desígnios, adotando, assim, somente a teoria objetiva, conforme art. 71 do CPB.

No entanto, atualmente, a doutrina e a jurisprudência majoritárias caminham no sentido de que não basta que haja identidade entre as condições objetivas, como tempo, lugar, e modo de execução, mas também que exista uma ligação entre elas, de modo a evidenciar que os crimes subsequentes são continuação do primeiro (teoria objetivo-subjetiva).

Neste sentido, destaco o seguinte precedente do Supremo Tribunal Federal:

EMENTA Recurso ordinário em habeas corpus. Delitos de roubo. Unificação das penas sob a alegação de continuidade delitiva. Não-ocorrência das condições objetivas e subjetivas. Impossibilidade de revolvimento do conjunto probatório para esse fim. Recurso desprovido. Precedentes.

¹ BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: parte geral, vol 1. 10ª Edição. Ed. Saraiva. São Paulo. 2006, págs. 721/722.



114



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

1. Para configurar o crime continuado, na linha adotada pelo Direito Penal brasileiro, é imperioso que o agente: a) pratique mais de uma ação ou omissão; b) que as referidas ações ou omissões sejam previstas como crime; c) que os crimes sejam da mesma espécie; d) que as condições do crime (tempo, lugar, modo de execução e outras similares) indiquem que as ações ou omissões subseqüentes efetivamente constituem o prosseguimento da primeira.

2. É assente na doutrina e na jurisprudência que não basta que haja similitude entre as condições objetivas (tempo, lugar, modo de execução e outras similares). É necessário que entre essas condições haja uma ligação, um liame, de tal modo a evidenciar-se, de plano, terem sido os crimes subseqüentes continuação do primeiro.

3. (...).

4. (...).

5. Recurso desprovido.

(STF-RHC 93144, Relator(a): Min. MENEZES DIREITO, Primeira Turma, julgado em 18/03/2008, PUBLIC 09-05-2008)

In casu, verifico que as ações criminosas, praticadas pelos acusados, ocorreram em lugares próximos, na cidade de Olinda, com uma diferença de poucas horas, com o mesmo *modus operandi*, conforme descrito na própria denúncia, havendo, assim, segundo a teoria objetiva, adotada em nosso Código Penal, a continuidade delitiva.

Ademais, ainda que se considere a teoria objetivo-subjetiva, conforme entendimento dos nossos Tribunais Superiores, observo também que, no caso em comento, houve uma sequência entre os crimes, ou seja, um



115



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

mesmo impulso criminoso os desencadeou, sendo a última ação um desdobramento da que lhe precedeu.

Por este motivo, concluo que razão assiste à defesa no pleito pelo reconhecimento da continuidade delitiva, a qual, por sua vez, ocorreu em sua modalidade específica, conforme disposto no art. 71, parágrafo único, do CPB.

Isto porque, os três crimes de roubo, duplamente qualificados, foram cometidos com grave ameaça, com dolo e atingiram pessoas diversas. Reza o citado dispositivo: “nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo, observadas as regras do parágrafo único do art. 70 e do art. 75 deste Código.

Corroborando com este entendimento, faz-se oportuno observar o seguinte precedente:

CRIMINAL. HC. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS TENTADO E CONSUMADO. CONTINUIDADE DELITIVA ESPECÍFICA. MAJORAÇÃO DA PENA. LIMITE PREVISTO PARA O CONCURSO MATERIAL OBSERVADO. ILEGALIDADE NÃO DEMONSTRADA. ORDEM DENEGADA.

1. (...).

2. Situação em que se verifica pluralidade delitiva de natureza dolosa, ofensa a vítimas diferentes, com emprego de violência.

3. Configurada a hipótese da continuidade delitiva específica, pode-se agravar a pena de duas formas: se forem idênticas as penas, uma delas pode



116



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

ser até triplicada; se forem diversas, tal como no caso, a mais grave pode ser até triplicada.

4. (...)

5. (...)

6. Ordem denegada.

(STJ-HC 36.413/RJ, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 14/12/2004, DJ 21/02/2005 p. 197).

Pois bem. Diante de tais considerações, passo à análise da dosimetria da pena do apelante.

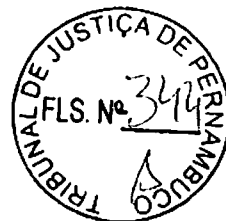
Inicialmente, observo que o magistrado de 1º grau analisou coerentemente as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CPB, em relação a cada vítima, Antônio Luiz da Silva, Bruno César Almeida de Castro e Romário José Araújo, razão pela qual restaram justificadas as penas-base, pouco acima do mínimo legal, qual seja, em 05 (cinco) anos de reclusão.

Em que pesem as alegações da defesa, verifico ainda que foi devidamente reconhecida a circunstância atenuante da confissão, assim como da menoridade, pelo magistrado sentenciante, motivo pelo qual suas penas foram diminuídas para o mínimo legal, qual seja, 04 (quatro) anos. No entanto, considerando a circunstância agravante da reincidência, suas reprimendas foram elevadas em mais um ano, retornando ao patamar de 05 (cinco) anos.

Na terceira fase da dosimetria da pena, considerando as circunstâncias e gravidade do caso concreto, entendeu por bem o magistrado elevar as penas do apelante, na metade, em razão da causa especial de aumento, vindo a atingir o patamar definitivo, cada uma, de 07 (sete) anos e 06 (seis) meses de reclusão, o qual deve permanecer inalterado.



117



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

Por fim, de acordo com a regra do art. 71, parágrafo único, do CPB, considerando que **três infrações penais**, contra o patrimônio, foram cometidas e que, a análise das circunstâncias judiciais, permitiram a elevação das penas do apelante a patamar pouco superior ao mínimo, entendo que o aumento da pena deve ultrapassar o mínimo de 1/6 (um sexto).

Assim, considerando que as penas do apelante Jefferson José Gonzaga são idênticas -07 (sete) anos e 06 (seis) meses de reclusão- procedo ao aumento, em razão da continuidade delitiva específica, no dobro, perfazendo, assim, o total definitivo de **15 (quinze) anos de reclusão, a ser cumprida em regime fechado.**

Quanto ao pagamento da multa, apesar de entender que esta não se submete ao critério trifásico da dosimetria da pena, diante da soma das penas, ante o concurso material de crimes, pelo magistrado, deve esta ser alterada, sendo assim, agora, fixada em 60 (sessenta) dias-multa.

Por fim, considerando que a presente decisão atinge diretamente o corréu Carlos Francisco Lopes, verifico que sua pena também deve ser reanalisada, de ofício, tão-somente, para ser aplicada a continuidade delitiva específica.

Pois bem. Em que pese a análise das circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB terem permitido a fixação das penas do apelante Carlos Francisco, em relação a cada vítima, no mínimo legal, não podemos perder de vista que **três infrações penais**, contra o patrimônio, foram cometidas, o que, ao meu entender, autoriza o aumento da pena acima do mínimo de 1/6 (um sexto).

Assim, tendo em vista que as reprimendas do corréu Carlos Francisco foram fixadas em 06 (seis) anos de reclusão, procedo ao aumento, em razão da continuidade delitiva específica, em 2/3 (dois terços), perfazendo, assim, o total definitivo de **10 (dez) anos de reclusão, a ser cumprida em regime fechado.**



118



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

Quanto ao pagamento da multa do corréu, mantenho as mesmas considerações acima expendidas, devendo esta ser alterada, para 60 (sessenta) dias-multa.

Por todo o exposto, voto pelo provimento parcial do recurso, para o fim de reduzir a pena do apelante Jefferson José Gonzaga para 15 (quinze) anos de reclusão, além do pagamento de 60 (sessenta) dias-multa, pela prática de três delitos de roubo em continuidade delitiva específica, bem como reduzo, de ofício, a pena do réu Carlos Francisco Lopes Júnior, para o patamar de 10 (dez) anos de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa.

Após o trânsito em julgado desta decisão, expeça-se Mandado de Prisão em desfavor dos réus, bem como Carta de Guia Definitiva.

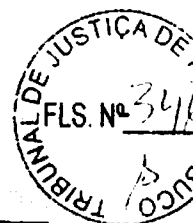
Recife, 19 de mar de 2010

Des. Antonio de Melo e Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

119



Apelação Criminal nº: 191.692-1
Comarca Origem: Olinda - 2ª Vara Criminal
Apelante: Jefferson José Gonzaga
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator: Des. Antônio de Melo e Lima
Revisor: Des. Mauro Alencar de Barros
Procurador de Justiça: Dr. Luiz Diogo Filho
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de apelação criminal interposta por **Jefferson José Gonzaga** contra a sentença prolatada pela MM Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Olinda, Dra. Simone Cristina Barros, que o condenou, pela prática do crime tipificado no **art. 157, §2º, incisos I e II c/c os art. 69**, todos do Código Penal, contra as vítimas Antônio Luiz da Silva; Bruno César Almeida de Castro; e Romário José de Araújo, fixando-lhe a pena em **22 anos e 06 meses de reclusão**, e noventa dias-multa, em regime fechado.

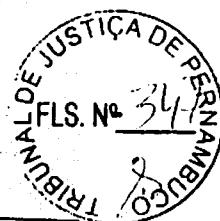
O apelante recorreu, alegando em suas razões recursais que o magistrado excedeu-se na dosimetria da pena, uma vez que, na realidade, não deveria ter aplicado a regra do concurso material e sim a norma pertinente ao crime continuado, prevista no art. 71¹ do Código Penal.

¹ Art. 71 - Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros

120



O órgão ministerial, contudo, em suas contrarrazões recursais, pugnou pelo improvimento do apelo.

Parecer da douta Procuradoria de Justiça às fls. 321/323, opinando pelo desprovimento do recurso.

É o Relatório. Passo a analisar o mérito.

O objeto do presente apelo, interposto pelo Ministério Público, cinge-se à dosimetria da pena realizada pelo MM Juiz a quo, que considerou os delitos praticados pelos réus em concurso material, quando entende a defesa que se trata da hipótese de crime continuado.

Antes de analisar a questão suscitada, deve-se dizer que, *in casu*, a materialidade e a autoria do delito restaram evidenciadas nos autos, não sendo, dessa forma, contestada pela defesa.

Nesses termos, deve ser mantida a condenação.

Em que pese o acerto do magistrado *a quo* ao proferir sentença condenatória contra os acusados, a dosimetria da pena por ele empreendida não se encontra em consonância com o Código Penal e com o princípio da proporcionalidade.

É que, analisando-se os fatos, verifica-se se tratar da hipótese de crime continuado e não de concurso material de crimes.

O ora apelante, juntamente com seu comparsa, Carlos Francisco Lopes Júnior,

De acordo com a denúncia, "inicialmente por volta das 19:40h do dia 29 de setembro de 2006, sexta-feira, na Rua Oscar Carneiro, bairro de Peixinhos, e depois, por volta das

ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

Parágrafo único - nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo, observadas as regras do parágrafo único do art. 70 e do art. 75 deste Código.



20:30h, na Avenida José Augusto Moreira, próximo ao antigo Hotel Quatro Rodas, Casa Caiada, e na Rua Maria da Conceição Viana, Jardim Atlântico, os denunciados [Carlos Francisco Lopes Júnior e Jefferson José Gonzaga], armados de revólveres, mediante graves ameaças, roubaram os senhores Antônio da Silva, Bruno de Castro e Romário de Araújo."

Depreende-se, pela análise das provas colhidas no inquérito, bem assim durante a instrução criminal, que **os fatos narrados na denúncia, de fato, ocorreram**, como se constata, inclusive, **com os depoimentos dos acusados de fls. 88/89 e 150/151**, não obstante ter o acusado Jefferson indagado que não sabia, com antecedência, da intenção dos comparsas Carlos e Felipe (já falecido).

Assim, não há a menor dúvida de que se trata de crime continuado, vez que preenchidos todos os elementos constantes do art. 71 do Código Penal, quais sejam: duas ou mais condutas praticadas pelos mesmos agentes nas mesmas condições de tempo, lugar, maneira de execução.

Assim, deve-se utilizar o **parágrafo único do art. 71**, que determina que, **nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa**, o que é o caso dos autos, **poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, AUMENTAR A PENA DE UM SÓ DOS CRIMES, SE IDÊNTICAS, OU A MAIS GRAVE, SE DIVERSAS, ATÉ O TRIPLO.**

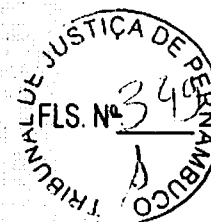
Passa-se, nesse ínterim, à dosimetria da pena de **JEFFERSON JOSÉ GONZAGA.**

Considerando que a magistrada sentenciante analisou corretamente as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, em

M



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



122

relação a cada crime, ratifico o seu julgamento e **mantenho as penas-bases em 05 (cinco) anos de reclusão**, para cada um dos crimes.

Na segunda fase da dosimetria, noto, outrossim, que a magistrada considerou a **confissão do réu** (art. 65, III, d do CP) e a sua **menoridade** (art. 65, I, do CP), **reduzindo a pena em 01 (um) ano**, todavia, a pena foi **acrescida em 01 (um) ano**, em função da **agravante de reincidência específica**, permanecendo no **quantum de 05 anos de reclusão**, para cada crime.

Ainda, ratifico a terceira fase da dosimetria, na qual, em consideração as causas de aumento da pena previstas no art. 157, §2º, incisos I e II do CP, aumentou, o juízo *a quo*, a pena em metade, ficando, cada pena, em **07 anos seis meses de reclusão**.

Em virtude da continuidade delitiva, considerando as circunstâncias judiciais já analisadas e a quantidade de crimes praticados (três), com fulcro no **parágrafo único do art. 71**, **aumento a pena no dobro**, a qual se torna **definitiva em 15 anos de reclusão**, diante da inexistência de outras agravantes/atenuantes e causas de aumento/diminuição da pena.

Fixo a pena de multa em 60 dias-multa.

Ante o exposto, voto pelo **provimento parcial do recurso**, reformando-se a sentença apenas no que concerne à dosimetria da pena, aplicando-se ao réu **JEFFERSON JOSÉ GONZAGA** a pena privativa de liberdade em **15 anos de reclusão e 60 dias-multa**, mantendo-se a sentença condenatória em seus demais termos.

Recife, 19 de 05 de 2010.


Dês. Mauro Alencar de Barros
Relator